

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2025 DO INSTITUTO PARA O FORTALECIMENTO DA AGROPECUÁRIA DE GOIÁS – IFAG

REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTOS AQUISITIVOS – ICº 12 (GO-178B) E ICº 13 (GO-220)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO PARA O FORTALECIMENTO DA AGROPECUÁRIA DE GOIÁS – IFAG, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro na Nota Técnica Jurídica emitida pelo escritório Araripe Diniz Advogados aos 02 de dezembro, elaborada no âmbito da defesa do IFAG na Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público, e à luz das decisões monocráticas do Ministro ALEXANDRE DE MORAES, Relator da ADI 7.885/GO, **especialmente a decisão de 21 de outubro de 2025**, resolve:

1. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E FÁTICA

Considerando que as Leis Estaduais nº 22.940/2024 e nº 23.291/2025, que autorizavam a parceria entre o IFAG e o Estado de Goiás, tiveram sua eficácia suspensa cautelarmente pela decisão do Supremo Tribunal Federal em 10 de outubro de 2025;

Considerando que em decisão subsequente de 21 de outubro de 2025, o Relator MIN. ALEXANDRE DE MORAES esclareceu expressamente que os efeitos da medida cautelar são prospectivos (*ex nunc*), resguardando tão somente os atos e contratos já perfeitos e formalizados antes da data da suspensão e que atos em fase de formação não se encontram amparados por tal ressalva.

Considerando a Nota Técnica Jurídica emitida pelo escritório Araripe Diniz Advogados, no âmbito da defesa da ação civil pública de Processo nº 5839844-77.2025.8.09.0051, demonstrou que a decisão judicial ministerial veda a realização de quaisquer novas contratações no âmbito do Termo de Colaboração nº 001/2025–SEINFRA/GOINFRA x IFAG. A mesma orientação define que somente não se caracterizam como “novas contratações” a execução de obrigações já previstas em contratos formalmente perfeitos e acabados antes da liminar e os que são essenciais à execução do próprio termo de colaboração.

Considerando que os procedimentos aquisitivos ICº 12 (GO-178B) e ICº 13 (GO-220), destinados à contratação de empresas executoras de obras, ainda não foram concluídos, estando em estágio de formação, não se enquadrando na exceção dos atos pretéritos resguardados e não geraram vínculo jurídico perfeito até a data da decisão liminar.

Considerando a atuação do IFAG deve pautar-se pelo respeito à boa-fé e à segurança jurídica, tanto em relação ao cumprimento de determinações judiciais quanto na preservação de relações já consolidadas. A revogação de procedimentos em andamento, diante de vedação expressa, alinha-se a esse dever, evitando a configuração de atos contrários à ordem judicial e preservando a regularidade administrativa.

2. DECISÃO

Diante do exposto, e em estrito cumprimento da ordem judicial e das orientações técnicas-jurídicas recebidas, **RESOLVE**:

I - **Ficam REVOGADOS**, a partir desta data, os **procedimentos aquisitivos internos ICº 12 (GO-178B) e ICº 13 (GO-220)**, em razão da vedação judicial a novas contratações e da ausência de vinculação contratual perfeita anterior à decisão liminar.

II - Fica vedada a abertura de novos procedimentos aquisitivos no âmbito do Termo de Colaboração nº 001/2025, até ulterior deliberação.

Goiânia, 02 de dezembro de 2025.

SÉRGIO BORGES FONSECA JÚNIOR

Diretor Administrativo do IFAG

ARMANDO LEITE ROLLEMBERG NETO

Presidente do IFAG